

Cláudia Pinto Ribeiro*

Viver na diferença... A Casa Pia de Lisboa como espaço de inclusão

R E S U M O

O amanhecer da 1.ª República coincidiu com a criação dos espaços aqui revisitados: institutos na dependência da Casa Pia de Lisboa que serviram para acolher todos os rapazes que, pela sua anormalidade física, moral e intelectual, se “reduziam” à condição de “embaraço nas aulas, pela sua desinquietação e retardamento”.

Laboratório de modernidade pedagógica, o universo casapiano evidencia-se pelo seu contributo para a inclusão dos anormais na sociedade, configurando-se como instituição precursora da assistência pedagógica à anormalidade em Portugal.

A B S T R A C T

The dawning of the First Republic coincided with the creation of the spaces here revisited: institutes on the dependence of Casa Pia de Lisboa that gave shelter to all the boys who, due to their physical, moral and intellectual abnormality, were diminished to the condition of “embarrassment in the classroom, for their restlessness and retardation”.

Being the casapian universe a laboratory of pedagogical modernity, is accentuated by its contribute to the inclusion of the abnormal in the society, configurating as an innovative institution of the pedagogical support to the abnormality in Portugal.

Os anormais

A torre da igreja, alta, alva, não desmente o que se pensa a partir do primeiro momento em que os nossos olhos tocam a fotografia. O acesso para o convento de S. Bernardino faz-se pela igreja, que recebe os visitantes por um portão largo que dá para o pátio. A igreja situa-se na zona mais próxima da entrada porque, quando os sinos tocam a rebate, a vizinhança aproxima-se para a celebração da missa. A presença dos frades até aos finais da monarquia assegurava uma maior proximidade com Deus... Eram, por isso, bem vistos pela “gente beata” que circundava o convento.

Com a vinda de uns *estranhos* de Lisboa, o panorama mudou. O fervor republicano dos novos inquilinos alterou a normalidade dos dias: a torre da igreja, alta, alva, remeteu-se apenas a marcar o correr dos dias, enquanto os retábulos do altar eram desmontados e esquecidos. Também o edifício principal, com vista privilegiada para o mar, viu nascer à sua volta alguns casebres que serviam de abrigo aos animais e ao produto das colheitas que, em anos de abundância, permitia cobrir as necessidades da casa e, ainda, vender alguma coisa. As terras lavradas, cultivadas, com

* Doutorada em História/FLUP.

pequenos carreiros, deixam supor grandes viagens de enxada na mão, dias percorridos ao sabor do nascer e do pôr-do-sol, sempre embalados pelo sussurro do mar.

Eis a primeira paragem: a Colónia de S. Bernardino, em Atouguia da Baleia. O final de 1912 marca o início desta viagem, mas também a do ensino das crianças *anormais* em Portugal. Ficámos presos a esta fotografia, reféns dos pensamentos que sobrevoam o relógio da torre, que marca as sete menos um quarto, e a colcha pendurada na janela, aquecida pelo sol de fim de tarde. Decidimos, portanto, habitar durante alguns momentos a pequena freguesia pertencente ao concelho de Peniche, partilhar com os rapazes de Belém os anos que passam entre o Outubro de 1912 e os últimos meses de 1921, e experimentar, na sua companhia, a primeira experiência do ensino especial por estas paragens.

Convém, portanto, conhecer o roteiro do nosso convite. As próximas páginas demoram-se em conversas que giram em torno da educação dos *anormais*, no espaço institucional da Casa Pia, no tempo da Primeira República. Por outras palavras, o nosso convite estende-se à visita à Colónia Agrícola de S. Bernardino, em Peniche, fundada em 1912, ao Instituto Médico-Pedagógico, em Santa Isabel, cujo início marca o ano de 1915, e à Secção de Mutilados da Guerra, que funciona no recém-criado Instituto Médico-Pedagógico desde finais de Novembro de 1917, data em que chegam os “primeiros” soldados mutilados na Grande Guerra. Anexos que surgem na dependência da Casa Pia de Lisboa e pela mão de um mesmo Director, António Aurélio da Costa Ferreira, médico e pedagogo que se destaca por uma grande sensibilidade votada para as questões relacionadas com os *anormais*. Instituições que marcam o panorama nacional, já de si efervescente no espírito da Primeira República, cadinho de experimentação pedagógica e busca de actualidade constante.

Recuemos, então, à segunda década de XX, período buliçoso que se agita entre os ventos da monarquia e a implantação de uma República que se agarrava às gentes da capital e ignorava, ou pretendia ignorar, o conservadorismo, a beatice que ainda reinava a escassos quilómetros de Lisboa. Para o quotidiano da Colónia Agrícola este aspecto reveste-se de uma importância primordial. Não esqueçamos, ainda, que esta década marca o advento de uma pedagogia assente em fundamentos científicos, construção que se vinha a delinear em França, Inglaterra, Suíça, Bélgica... desde finais do século XIX e que encontra neste período, em Portugal, terreno fértil para prosperar. Podemos falar do desenvolvimento das ciências *psi*, a psicologia, a psiquiatria... que progrediam a passos seguros, e podemos falar do nascimento da médico-pedagogia, ciência que se dedica exclusivamente à aplicação dos conhecimentos médicos no tratamento do indivíduo com deficiência psíquica ou física, tratamento em que entram, além de outros métodos terapêuticos, e de uma forma mais essencial, os pedagógicos. A questão dos atrasados mentais, dos *anormais* profundos, deu à colaboração médico-pedagógica um valor incontestável.¹ Costa Ferreira é, sem dúvida, a presença mais visível no campo da Médico-Pedagogia, aspecto que acaba por explicar e justificar o momento da criação da Colónia Agrícola e do Instituto Médico-Pedagógico. Trata-se de laboratórios onde se experimentam os métodos recentemente importados do estrangeiro. Esta década também encontra espaço para albergar a Grande Guerra, primeiro conflito bélico à escala mundial, que arrasta consigo um elevado número de soldados que regressam mutilados dos

¹ VASCONCELOS, 19--: 13.

campos de trincheiras. Sem este evento, a Secção de Mutilados da Guerra deixava de ter sentido no panorama traçado.

Estes espaços organizam-se, portanto, como construções de uma época que hospeda circunstâncias proficuas para a sua realização. Mas também dificuldades... a instabilidade política, económica e social está presente em todos os momentos da existência desta história. A fragilidade dos governos nota-se na impossibilidade de fazer prosperar planos que encontram, nas vicissitudes políticas, obstáculos, por vezes, intransponíveis. As dificuldades económicas a custo deixaram prosperar estes projectos, inflacionadas pelo preço da guerra. A instabilidade social, característica deste período sobejamente conhecida, é facilmente percebida pelos dias em que o Instituto Médico-Pedagógico não abriu as suas portas devido à insegurança que se vivia nas ruas de Lisboa, ou, mais particularmente, no que se refere ao cerco feito à Colónia e que exigiu a intervenção da Guarda Republicana.

Eis o ambiente que se respira nos primeiros anos da República e que serve de cenário à criação dos lugares que iremos visitar. São, sobretudo, espaços que nasceram da necessidade de governar uma população que não se encaixava nas categorias existentes, e que, portanto, se esforçam por incluir o *outro*, o *anormal*. Contudo, “*a escola fabrica uma imensidão de valores que oscilam entre a normalização e o desvio, produzindo, ao mesmo tempo, a exclusão, independentemente dos esforços realizados no sentido da inclusão*”.² Para incluir os *anormais* que circulavam por Belém, que dificilmente contornariam as suas diferenças e se adaptariam à ordem estabelecida, é necessário excluí-los desse universo regular, e afastá-los para outros locais, outros métodos, outra norma. Torna-se inevitável banir os *estranhos* do convívio rotineiro da instituição casapiana. No caso dos soldados, procura-se antecipar uma situação mais ou menos provável: a rua apropriar-se-ia destes corpos mutilados que procuravam sustento nas malhas da mendicidade. Prever este cenário significa estar atento ao que se passa lá fora, nos países beligerantes, que enfrentam este panorama desde o início do conflito. E significa conhecer as possibilidades que estes espaços, criados em função de determinada população, conseguem produzir num âmbito fechado. Por isso, numa primeira instância, inserção representa exclusão, obriga ao afastamento como etapa do caminho a percorrer para se integrar na sociedade. Nestes casos, o distanciamento consiste numa medida *profiláctica* que deve evitar o contágio da maioria pelos *outros*. Como se a anormalidade fosse uma película repugnante que se hospeda nos corpos com um simples toque. Porém, produz efeitos secundários, comportamentos que, não sendo contagiosos, se abeiram dos normais e reproduzem nos seus corpos os efeitos da anormalidade. Os *irrequietos*, trasladados para Peniche, eram um perigo constante, sinal de desordem e anarquia. Os *atrasados*, conduzidos para Santa Isabel, pouco aprendiam nas classes regulares e demoravam os colegas. Os *mutilados*, caso específico, são encaminhados para uma secção criada para eles, no Instituto Médico-Pedagógico, por um punhado de razões; saliente-se, por agora, o *fabrico de aleijões*, “*por ser tão rendosa esta forma de exploração da caridade pública*”.³ A sua *doença* podia não ser contagiosa, mas os sintomas espelhavam-se, muitas vezes, nos corpos normais.

² POPKEWITZ, 2002: 32.

³ FERREIRA, Costa, 1917b: 4.

Procura-se, então, criar categorias, apartar a população casapiana em normais e *anormais*; os soldados que regressam do *front* em válidos e inválidos; para que nada escape à máquina que perpetuamente classifica, rotula, distingue. Em comum, as crianças *anormais* e os mutilados da guerra hospedam a sua diferença. Na realidade a que nos referimos, os portadores de normalidade apenas interessam como estado a alcançar, o estado normal, regular, observado como uma meta. Neste cenário, os actores principais transitam para as almas dos *anormais*, dos que alojam a diferença em si, e se desdobram em tantas categorias quanto as que se queiram inventar para tentar compreender o seu carácter anormal.

Os *anormais* que avistaremos nas próximas páginas são, portanto, recrutados nas fileiras de *estranhos* que deambulavam por Belém. São indivíduos cuja anormalidade é patente na deficiência do corpo ou na aspezeza do espírito. Atrasados, débeis mentais, preguiçosos, instáveis e portadores de nevroses, como a epilepsia, são vultos que partilham connosco o quotidiano dos espaços que lhes pertencem.⁴ Contam-se, apenas, os *anormais* educáveis.⁵ Para os que ainda podiam valer algo para a sociedade, reservava-se a inovação, os métodos pedagógicos mais avançados e, em particular no caso dos mutilados, “*os modelos mais modernos, como pés e pernas articuladas e braços com garras adaptáveis a todas as artes e ofícios*”.⁶ Para os restantes, serviam as respostas convencionais: asilos, hospitais, hospícios, depósitos... A Médico-Pedagogia de pouco lhes serviria, pois os progressos seriam nulos.

António Aurélio da Costa Ferreira, César da Silva, Fernando Palyart Pinto Ferreira, Lucília Carmina Lopes de Santa Clara, esposa de Palyart Pinto Ferreira, Vítor Fontes, são facilmente reconhecíveis como os precursores do ensino especial em Portugal, médicos e professores que criaram e fizeram prosperar as instituições que representaram. Podem não ser os actores principais neste cenário, mas são, sem dúvida, os cicerones desta viagem. É nas suas palavras que se encontra a presença das crianças *anormais*, testemunhos capazes de construir um imaginário em torno desta vivência. São, no seu conjunto, responsáveis pela vinda destes actores para o palco educativo.

⁴ A ausência de uniformidade nos termos utilizados pelos psicólogos e a diferença de critério adoptado por cada autor, constrói uma gigantesca panóplia de divisões e subdivisões dentro do estado anormal da criança, complexidade explicada, também, se atendermos à vastidão do assunto tratado, “subsidiário das ciências médico-pedagógicas, psicológicas e sociais e que interessa ao médico, ao pedagogo, psicólogo e ao sociólogo, nas suas relações jurídico-sociais”. FONSECA, 1930: 39. Neste sentido, a escola alemã classifica os *anormais* em *educáveis* e *ineducáveis*, designação, aliás, vulgarmente utilizada em Portugal, nos estudos publicados sobre este assunto; o professor Ferrari d’Imola fundamenta-se em critérios fisiológicos e psiquiátricos, e forma o grupo dos educáveis possíveis e o grupo dos educáveis difíceis e incertos. “Sob o ponto de vista médico, o Dr. Guilherme e Sante de Sanctis apresentam as suas classificações tomando por base a patogenia das lesões cerebrais (...) formam daqui quatro grupos: a) idiotas; b) imbecis; c) débeis de inteligência; d) débeis de carácter. Decroly, combatendo estas classificações em série, que julga insuficientes e imprecisas, procurou dar uniformidade às classificações futuras (...) formou dois grandes grupos de *anormais*: - *anormais* por *causa intrínseca* e *anormais* por *causa extrínseca*. Seguindo este critério e fundamentando-se nos caracteres fisiológicos e biológicos de cada anormal, dividiu-os em subgrupos, que classificou de: irregulares, sensoriais, motores, por alteração de linguagem, deficientes de atenção, de memória, intelectuais, da consciência e vontade, afectivos, nervosos e afectados de psicoses”. FONSECA, 1930: 40.

⁵ Para os *anormais* ineducáveis, categoria a que pertencem os idiotas completos, os imbecis, os cretinos e os grandes epilépticos, isto é, todos aqueles que apresentam profundos estigmas de degeneração, estava reservada assistência médica hospitalar, por ser a que mais convinha ao seu estado complexo. FONSECA, 1930: 22.

⁶ “Assistência aos feridos da guerra – Os primeiros mutilados – Visita do Ministro da Guerra ao Internato de Santa Isabel – Dois hospitais que serão superiores aos melhores que existem” – Local publicada no Jornal O SÉCULO, n.º 12:907, Ano XXXVII, de 15 de Novembro de 1917, p. 1.

Isoladamente, não se pode omitir o esforço impulsionador de Costa Ferreira, de quem partiram muitas das teorias e das práticas. É difícil alhear-mos do seu espírito criativo e da contagiante vontade de conceber e realizar obra palpável. Todavia, tal não seria possível se não mantivesse na sua esteira o talento de devotos colaboradores. Palyart Pinto Ferreira, professor de trabalhos manuais cuja admissão na instituição se fizera pela mão de Costa Ferreira, Vítor fontes, médico, discípulo e amigo íntimo, César da Silva, “prata da casa”, imediatamente aproveitado para dirigir a Colónia Agrícola, foram peças fundamentais para o funcionamento desta engrenagem. E não se pode esquecer, entre o número infundável de colaboradores que tornaram este projecto realizável, a presença constante de Alfredo Soares, subdirector da instituição que viveu na sombra de Costa Ferreira, mas cujo semblante é visível ao longo deste percurso.

A viagem que agora se inicia, e que se demora na Colónia de Peniche e no Instituto de Santa Isabel, oscila entre duas premissas evidentes, num jogo dialéctico que discorre entre o carácter assistencial e benemérito que estas iniciativas encerram em si e a circunstância de constituírem a face visível do governo das almas. Se, por um lado, se procura assegurar o aproveitamento de indivíduos considerados inválidos pela sociedade, promovendo a sua inclusão e a garantia de poderem vir a ganhar a vida por si, sem dependerem permanentemente da tutela de outrem; por outro lado, é inequívoco que esta preocupação se prende com a indispensabilidade de governar uma população problemática, perigosa, ociosa, e que estes dispositivos surgem como resposta eficaz para a concentração destes indivíduos num mesmo espaço, debaixo de uma mesma vigilância, de acordo com uma ordem cronológica de actividades que servem para regular a rotina diária que se estabelece numa *instituição total*. Percorrer estes lugares significa inscrever os nossos corpos e as nossas almas numa redoma de vidro, fechada, visível de todos os ângulos. Os sentimentos que se partilham nesta estadia que, para nós, não é forçada, e que constroem a identidade de quem distribui os seus dias dentro destes espaços cerrados, são desvendados nos momentos de leitura que se avizinham.

A Colónia Agrícola da Casa Pia

O segundo aniversário da implantação da República Portuguesa, data tão cara para a maior parte dos republicanos, foi celebrado em Atouguia da Baleia, freguesia do concelho de Peniche, com aparato suficiente para prender a atenção da população residente nas imediações do convento de S. Bernardino. Revestida da maior solenidade, a inauguração da Colónia Agrícola foi um acontecimento digno da presença das mais elevadas autoridades do município de Peniche que, na companhia do director da instituição e do Professor-Regente da Colónia, César da Silva, conheceram o edifício conventual e deram as boas-vindas aos 35 colonos que estrearam mais uma dependência da benemérita instituição.

De início, “*o pensamento de criar aqui tão útil e simpática instituição de caridade*”⁷ teve bom acolhimento por parte do público das povoações mais próximas, que assistiram com aparente

⁷ SILVA, César da, “Considerações a respeito da Colónia Agrícola de S. Bernardino. 5 de Maio de 1913”. In introdução à colectânea do Jornal O AGRICULTOR, p. 1.

serenidade à troca dos inquilinos religiosos por uma população mais jovem e irrequieta, vinda dos lados da capital. “*Houve festa popular, deveras concorrida, de modo que o seu início foi brilhante*”.⁸

O velho convento reunia as condições indispensáveis para a organização de uma *Escola de Anormais*, que recolhesse todos aqueles que, por suas condições físicas ou *incompetência* moral e intelectual, se encontravam à margem dos meios da acção educativa dita normal. Eram um embaraço, constituíam uma “*causa de indisciplina e um obstáculo ao regular andamento do ensino nas aulas pela sua desinquietação e retardamento*”, motivos mais do que suficientes para se procurar uma alternativa adequada às suas limitações. Foi neste contexto que se procurou criar uma escola por medida, um *anexo especial* no qual, mercê de cuidados também especiais dirigidos a cada classe, se pudessem aproveitar as facultades que em cada um fossem susceptíveis de serem aproveitadas.⁹ Eram corpos dóceis, maleáveis, que podiam ser vergados, utilizados, que podiam ser transformados e aperfeiçoados.¹⁰

Os primeiros ocupantes da Colónia eram, portanto, rapazes recrutados nestes grupos de *anormais pedagógicos* que, por se distinguirem pelo seu comportamento indisciplinado, tinham a oportunidade de ir respirar os ares do mar para ver se acalmavam. Com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, os inquilinos de S. Bernardino sabiam que todos os aspectos da sua actividade diária passariam a ser realizados num mesmo local, na companhia imediata do seu grupo e sob a mesma autoridade, algo que não lhes era estranho. Na sua essência, a troca da morada de Belém pela de Peniche consistiu, apenas, na deslocação de indivíduos do mesmo sexo e com características semelhantes de uma *instituição total* para outra congénere. *Instituição total* na medida fornecida por Goffman: “*um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada*”.¹¹

Por este motivo, o isolamento da Colónia, longe “*dos grandes povoados corruptores*”¹², foi um aspecto considerado na apreciação de César da Silva. O meio rural, avesso à perversidade do mundo citadino, era aquele que exercia uma influência mais marcante na criança, “*com o fim supremo de dar a si própria unidade moral e solidariedade afectiva*”.¹³

O 5 de Outubro de 1912 assinalava, portanto, a entrada dos novos inquilinos num estabelecimento organizado em função das suas necessidades especiais, a fim de “*fazer operários rurais, enfim, animando por esse modo a indústria mãe, a Agricultura, que bem precisa de se desenvolver e aperfeiçoar-se*”.¹⁴

Contudo, a ideia de formar apenas operários rurais foi afastada por César da Silva que salientou a pertinência de se organizarem oficinas para que da Colónia também saíssem profissionais diversos como serralheiros, ferreiros, carpinteiros civis e de carros, pedreiros e brochantes.¹⁵ Os

⁸ “5 de Outubro”, in Jornal O AGRICULTOR, n.º 36, de 1916/10/05, p. 1-2.

⁹ FERREIRA, Costa, 1913: 61-65.

¹⁰ FOUCAULT, 1999: 118.

¹¹ GOFFMAN, 2003: 11.

¹² SILVA, César da, “Considerações...”. In introdução à colectânea do Jornal O AGRICULTOR, p. 5.

¹³ PINTASSILGO, 1998: 237.

¹⁴ “Cinco de Outubro”, in Jornal O AGRICULTOR, n.º 36, de 1916/10/05, p. 1-2.

¹⁵ SILVA, César da, “Considerações...”. In introdução à colectânea do Jornal O AGRICULTOR, p. 7.

alunos tinham aulas de instrução primária e de desenho, destinadas “*modestamente*” a evitar que os rapazes esquecessem o que tinham aprendido na Casa Pia. A de desenho é que ia um pouco mais além por se aplicar ao ensinamento profissional dos alunos que se dedicavam aos ofícios.¹⁶

A actividade diária assentou no critério de aplicar os alunos no trabalho de campo e oficinas, acompanhado de aulas nocturnas. Formou-se, porém, uma aula diurna com os linfáticos e outros que pareciam mais fracos, que colaboravam nas tarefas mais leves como, por exemplo, os trabalhos da cozinha.¹⁷

Toda a dinâmica da Colónia baseava-se, portanto, no conceito de “*pedagogia do trabalho*”¹⁸, no cruzamento do critério da *utilidade* com o do *objectivo*, buscando a intersecção entre o benefício pessoal e o proveito da colectividade. “*É um trabalho no sentido pedagógico, implicando uma actividade útil e resultando num produto bem determinado*”¹⁹. Os trabalhos manuais apresentam-se não como um fim em si, mas como um meio de educação e pretendem a formação integral do indivíduo.

Contudo, é inegável que, em variados momentos da existência da Colónia, os trabalhos manuais deixaram de ser meramente pedagógicos para assumirem uma importância preponderante na sobrevivência das oficinas.

Os principais trabalhos realizados para fora correspondiam a consertos diversos em ferramentas agrícolas, ferragens de carroças e carros, rodas para os referidos veículos, portas para fornos, consertos em espingardas, mobílias, painéis, enfim, uma infinidade de reparos e consertos em utensílios de vária índole. Contudo, as oficinas alcançaram fama de correcção e, por isso mesmo, começaram a surgir encomendas de obras feitas de raiz, mais complexas, como carroças, carros, charretes, portões de ferro – para o cemitério do lugar da Estrada, – caldeiras, ferramentas de pedreiro, um altar, um breque²⁰ e um *char-à-bancs*,²¹ que cobriu de orgulho os mestres das oficinas, os rapazes e o Professor-Regente.

Em meados de 1914, as oficinas da Colónia tinham tomado um “*desenvolvimento enorme e deveras lisonjeiro*”. E os tempos que se seguiram haviam de ser prósperos: o elenco de trabalhos realizados para particulares permitia a manutenção das oficinas e a obtenção de lucros a partilhar pelos alunos²², pequenas gratificações distribuídas equitativamente no final de cada mês.²³ De início, apenas os que já frequentavam as oficinas da Casa Pia, “*podendo considerar-se meios oficiais*”, eram remunerados com cem reis diários.²⁴ Com o intuito de animar os rapazes, o Professor-Regente passou a estender este “*privilégio*” aos restantes alunos, por considerar que o trabalho seria mais

¹⁶ “Cinco de Outubro”, in Jornal O AGRICULTOR, n.º 36, de 1916/10/05, p. 1-2.

¹⁷ SILVA, César da, “Considerações...”. In introdução à colectânea do Jornal O AGRICULTOR, p. 6.

¹⁸ Conceito desenvolvido por Georg Kerschensteiner.

¹⁹ PINTASSILGO, 1998: 41.

²⁰ Carro de tracção animal, aberto, de quatro rodas, com a boleia muito alta e os assentos, em geral, paralelos ao eixo.

²¹ Viatura de tracção animal de quatro rodas, frequentemente puxada por três mulas. Representa os começos do transporte colectivo terrestre, percorrendo estradas de terra batida e mais tarde de macadame.

²² “Acontecimentos mais importantes”, in Jornal O AGRICULTOR, n.º 32, de 1916/06/05, p. 3.

²³ “As camisolas”, in Jornal O AGRICULTOR, n.º 16, de 1915/02/05, p. 3-4.

²⁴ SILVA, César da, “Considerações...”. In introdução à colectânea do Jornal O AGRICULTOR, p. 7.

reformador quanto mais lucrativo fosse. César da Silva depressa se apercebeu não existir “*outro teste de reforma tão simples ou tão seguro quanto a maior quantidade e o maior valor de seu trabalho*”.²⁵

A mestria dos rapazes, quer nas tarefas agrícolas, quer nos trabalhos oficinais, passou a ser uma reconhecida imagem de marca da Colónia, pelo que nunca foi difícil contratar a sua colocação em casas da vizinhança. Queixava-se o Professor-Regente, sobretudo, de ser maior a procura que a oferta.

O primeiro rapaz a sair do internato, com destino a uma propriedade das imediações, abalou em Novembro de 1914, mais de dois anos após a recepção dos primeiros colonos. César da Silva seguia de perto a permanência dos alunos fora da instituição, não descurando as indispensáveis cautelas na selecção dos candidatos a “*amos*” – a idoneidade do indivíduo, as condições apresentadas para receber o aluno, o compromisso de que iria cumprir com o acordado. Era, pois, com pesar que o Professor-Regente assistia à chegada dos rapazes que, por se terem deslustrado com as aparentes facilidades existentes do outro lado do muro, eram “*recambiados*” pelos seus amos, por não lhes aproveitarem alguma utilidade. Na maior parte das vezes, o Professor-Regente, ainda que dolorido, concordava com as justificações apresentadas na “*devolução*”: já conhecia a *prata da casa*.²⁶

Era esta demanda que animava o espírito de César da Silva: munir os alunos com as ferramentas indispensáveis à sua integração na comunidade. Esses instrumentos passavam, necessariamente, pela aquisição de saberes técnicos na sua área profissional; contudo, o Professor-Regente nunca descurou a formação de carácter dos futuros agricultores, e serviu-se das páginas do jornal da Colónia para lhes fazer chegar os princípios e valores que deveriam ser inculcados na alma.

Procurava-se, pois, que as páginas d’*O Agricultor* servissem de incentivo aos alunos da Colónia, “*impelindo-os ao cumprimento dos seus deveres, ensinando-os a corrigirem os seus defeitos, lisonjeando-os mesmo, a fim de que busquem adiantar-se e amestrar-se nas suas profissões*”.²⁷

Também a educação cívica era contemplada no plano de formação integral do indivíduo. Todos os motivos eram proveitosos para servir a República e, nesse sentido, fomentar uma “*religiosidade cívica*” que constituísse penhor do sentimento patriótico. César da Silva, sintonizado com o ideário republicano, concebia a “*a escola primária (...) como desejam os educadores democráticos, a tal oficina em que se fabrique o cidadão*”.²⁸ E, partindo deste princípio, procurava desenvolver no espírito dos alunos o amor à pátria e, no seu carácter, os valores subjacentes à nova moral: justiça, solidariedade, tolerância, cooperação, auxílio mútuo e, evidentemente, a divisa da República Portuguesa: “*Ordem e Trabalho*”.²⁹

E os anos foram passando. Aos invernos frios e chuvosos que isolavam a povoação de Atouguia das restantes localidades, sucediam verões secos que estragavam as culturas e esgotavam os cursos de água que serviam as populações. Os dias rolavam ao sabor do tempo, e este, por vezes, era muito agreste. Sujeitos aos seus caprichos, os rapazes da Colónia ocupavam o calendário entre os

²⁵ BENTHAM, 2000: 37.

²⁶ “Acontecimentos mais importantes”, in Jornal O AGRICULTOR, n.º 22, de 1915/08/05, p. 3.

²⁷ “Prémios e castigos”, in Jornal O AGRICULTOR, n.º 7, de 1914/05/05, p. 3-4

²⁸ SILVA, 1912: 206.

²⁹ MELLO, Carlos de, 1913 – *Guia Republicana ou Declaração do Direito e dos Deveres do Homem e do Cidadão*. Lisboa: Empresa Lusitana Editora, in PINTASSILGO, 1998: 134.

trabalhos das oficinas e o amanho das terras que, em anos generosos, permitiam algum desafogo nas contas da gerência.

Houve, contudo, uma dificuldade que ensombrou o abundante afluxo de rapazes à instituição. A Colónia sofria do desmerecimento das famílias dos alunos, que outras aspirações alimentavam para os seus descendentes, “parecendo-lhes que todos os rapazes que entram para a Casa Pia hão-de sair de lá doutores”.³⁰ A juntar às elevadas pretensões de algumas, outras havia que preferiam “tomar conta deles, com prejuízo da sua educação, do que consentirem que vão para a Colónia, como as suas condições indicam, alegando que, pela grande distância a que ela fica, não só de Lisboa como até das estações mais próximas, não têm possibilidade de os visitar”.³¹

À oposição oferecida por parte das famílias acrescentava-se um outro elemento que haveria de ditar as sortes da Colónia. O último dia de Julho assinalou mais uma das diversas visitas que o Director da Casa Pia fez à dependência de Peniche. Contudo, a derradeira deslocação marcaria o princípio do fim. Reconhecendo “a acendrada dedicação e zelo” com que César da Silva desempenhava a “*árdua missão, que de bom grado aceitou, de dirigir todos os seus serviços*”, Costa Ferreira acabava por reconhecer que “o péssimo estado e a situação do edifício da Colónia mais não permitem exigir dela”.³² Eram necessárias obras urgentes!

Agora, à resistência oferecida por parte das famílias juntava-se o pouco interesse da Colónia em receber mais rapazes. A mistura destes dois ingredientes levou ao estrangulamento da Colónia e a exiguidade da sua população resumia-se, em Julho de 1918, a cinco rapazes a viver em regime de internato e nove colocados fora do estabelecimento. Durante todo o ano de 1918, não entrou mais ninguém. Em consequência, as oficinas moribundas não ressuscitaram e perderam o seu prestígio.

A solução encontrada por Costa Ferreira para resolver os problemas estruturais da Colónia não foi muito feliz. A decisão de estrangular a entrada de novos alunos para que, com o mesmo orçamento, se conseguisse fazer mais e melhor, revelou-se pouco acertada e facilitou a aparição de muitos problemas que, por falta de oportunidade, não se tinham manifestado, até então, com tanta pujança. Com o fecho das oficinas cortava-se o fio ténue que permitia à Colónia ser tolerada pelas gentes da terra. Apesar dos esforços do Professor-Regente, não era “*possível extinguir a hostilidade que homens e mulheres destes arredores mantêm contra a Colónia, por motivo do detestável fanatismo religioso que os frades lhes inculcaram no ânimo*”.³³

Em finais de Outubro de 1918, a Casa Pia de Lisboa colocava a Colónia Agrícola de Peniche à disposição da Provedoria da Assistência de Lisboa, por espaço de um ano. O acordo entre a Direcção da Casa Pia e a Provedoria ultrapassou o prazo previsto. O contrato provisório, que terminava em finais de 1919, adoptou um carácter permanente, procedendo-se à cedência definitiva da Colónia em meados do ano seguinte,³⁴ experiência que terminou antes do dealbar de 1921. Para isso há-de ter contribuído, em grande medida, a opinião recolhida por Pais Abranches, Provedor da Assistência, durante a visita que fizera à Colónia Agrícola.

³⁰ “Colocação de alunos”, in Jornal O AGRICULTOR, n.º 50, de 1917/12/05, p. 1-2.

³¹ Ofício n.º 314, da Direcção da Casa Pia, dirigido à Provedoria da Assistência de Lisboa, 1916/05/05.

³² Ofício n.º 557, dirigido ao Professor-Regente da Colónia Agrícola de S. Bernardino, 1917/08/06.

³³ “Acontecimentos mais importantes”, in Jornal O AGRICULTOR, n.º 20, de 1915/06/05, p. 3.

³⁴ Ofício n.º 228, da Casa Pia de Lisboa, dirigido à Provedoria da Assistência Pública, em 1920/03/03.

“Para cuidar dos vinte alunos, havia cerca de onze empregados – que ali se aninhavam como ratos em queijo (...) entre eles um Professor-Regente que nada ensinava e pouco regia e uma roupeira-enfermeira ou coisa que o valha. Após esta visita a Colónia foi encerrada definitivamente.

O regente regressou ao seu antigo lugar de professor da Casa Pia, a enfermeira foi para outro estabelecimento, o restante pessoal, por ser assalariado, dispensado, e os poucos rapazes que ainda lá estavam, ingressaram no Asilo D. Maria Pia, dos quais apenas quatro ou cinco sabiam ler e escrever e porque já o sabiam antes de ir para a Colónia, indo alguns com doenças contagiosas no couro cabeludo (...).”³⁵

Terminava, deste modo, a existência efémera da Colónia Agrícola que a Casa Pia manteve em Atouguia da Baileia.

O Instituto Médico-Pedagógico

“Nada havia sido feito no país sobre a educação e instrução dos anormais pedagógicos, anteriormente à data em que pela Direcção da Casa Pia foi estabelecida, com a feição de Colónia Agrícola, a primeira instituição destinada à educação de alguns menores naquelas condições”³⁶

Contudo, este *laboratório* podia, apenas, acolher as crianças *anormais* que estavam em idade de começar a sua aprendizagem profissional, e muitas havia que, não tendo ainda chegado a essa idade, se encontravam no estabelecimento e careciam também de ser *removidas* do internato.

Tornava-se, pois, da máxima conveniência estabelecer um anexo apropriado onde pudessem ser alojados estes menores que, pelas suas circunstâncias, se não podiam acomodar ao regime ordinário do estabelecimento. Mas mais importante do que arrancá-los ao marasmo das instalações de Belém, onde nada aproveitavam, era poder proporcionar-lhes uma instrução e educação especiais, racionalizadas a partir das suas necessidades e que potenciavam uma futura inserção na sociedade, desta vez como cidadãos úteis a si e aos outros. O roteiro terminaria com a provável transferência para a Colónia de S. Bernardino, onde começariam a aprendizagem profissional, em idade própria, indo, deste modo, *“mais convenientemente educados”*.

A obra foi concebida e realizada quase em silêncio, sem ruído, não conheceu o frenesim burocrático de outras criações e, em meados de 1915, o Instituto Médico-Pedagógico já se encontrava a funcionar na Travessa das Terras de Sant’ana, a Santa Isabel.

O critério a seguir na selecção dos escolares era definido com rigor: o Instituto Médico-Pedagógico receberia, apenas, o anormal pedagógico que, por processos médicos e pedagógicos, poderia *“adquirir a cultura de um normal, que pode ser melhorado, beneficiado, adquirir mesmo uma instrução primária muito rudimentar”³⁷*.

Aos idiotas e imbecis, que necessitavam de outro género de atenções, e constituíam um assunto mais médico que pedagógico, a educação terapêutica e disciplinar ser-lhes-ia dada em asilos ou manicómios.

³⁵ FRÓIS, 1994: 73.

³⁶ Ofício n.º 822, dirigido à Provedoria da Assistência de Lisboa, 1913/10/25.

³⁷ FERREIRA, Costa, 1916: 407-409.

As portas do Instituto estiveram sempre abertas para receber as crianças das escolas primárias de Lisboa que precisassem deste tipo de cuidados. Aliás, a manifesta prontidão com que se estendia estes serviços à comunidade escolar é explicada pela necessidade de angariar alunos provenientes de famílias que pudessem pagar o externato, para que se pudesse construir uma situação de justiça em relação aos honorários dos empregados, visto que nada recebiam do Estado em relação aos indigentes.³⁸

No externato havia uma consulta médico-pedagógica, a cargo de Costa Ferreira, uma classe de educação a ministrar aos *anormais* pedagógicos, regida pelos professores Palyart Pinto Ferreira e esposa, Lucília Carmina Lopes de Santa Clara, e uma outra de ortofonia para os que fossem portadores de vícios de pronúncia, da qual se encarregava o professor da secção de surdos-mudos, José da Cruz Filipe, e, mais tarde, a aula da “Arte de Dizer”, da competência do actor Joaquim Almada.³⁹

A turma constituía-se por um número reduzido de alunos, circunstância provocada por três razões imediatas: a inevitável resistência das famílias, aliada ao desinteresse dos alunos, e a conveniência de que assim fosse: um elevado número de alunos resultaria na dificuldade de os organizar, obstáculo ainda assim experimentado por Palyart.⁴⁰

O quotidiano do Instituto diferia das outras dependências da instituição casapiana. Sentem-se outras vibrações... O espírito era diferente. Estabeleceu-se um meio familiar, “*de muito carinho e muita liberdade*”, onde facilmente aparecem as tendências que se espreita e de que cada educando carece, obrigando o aluno a viver permanentemente numa dada atmosfera cuja acção sobre as suas faculdades é bem doseada, e em harmonia com as necessidades da sua vida presente e futura.⁴¹

A educação, tanto quanto possível, devia ser completa, integral, tendendo a alcançar um alto grau de perfeição – ainda que relativo, pois a matéria-prima obriga a reduzidas expectativas, na opinião do professor –, e diminuir o esforço pelo aumento considerável do interesse.⁴² Por este motivo, todo o ensino, toda a educação, era lançado sobre o trabalho manual, procurando nele sempre o maior auxílio. Considerado “*um dos mais poderosos factores da educação (...) poder-se-ia dizer mais: o trabalho manual é um factor indispensável da educação integral*”.⁴³

Exercícios de observação, lições de coisas, exercícios de ortopedia mental todos os dias e alguns deles mais de uma vez por dia. São estes os fundamentos, os verdadeiros alicerces de todo o edifício que se pretende construir.

O ensino da língua era feito pela escrita-leitura, “*combinadas com as palavras normais e lições de coisas*”, tomando as letras móveis recortadas – “*o que Montessori quer dar como seu mas que é de*

³⁸ Ofício n.º 356, dirigido ao Director Geral da Assistência de Pública, 1915/04/30. FERREIRA, Costa, 1915: 174-175.

³⁹ “Uma nova instituição da Casa Pia – Os *anormais* - O que se diz do Instituto Médico-Pedagógico o Sr. Dr. A. Aurélio da Costa Ferreira” – Notícia de uma entrevista publicada no Jornal A REPÚBLICA, n.º 1.796, Ano V, de 29 de Novembro de 1915, p. 1.

⁴⁰ “Porquanto 8 alunos é o número apontado nalguns países como máximo para uma classe de *anormais* em que haja todos os graus, e não ingressando entretanto nessas classes os idiotas propriamente ditos, os regressivos e os incapazes de um aproveitamento mais ou menos regular, embora lento, como acontece na minha”. FERREIRA, Costa, 1917a: 290.

⁴¹ FERREIRA, Costa, 1921: 4.

⁴² FERREIRA, Costa, 1916: 407-409.

⁴³ FERREIRA, Pinto, 1914: 47.

*antiga data*⁴⁴ –, e introduzindo o trabalho manual com recorte e colagem do papel, possivelmente, uma novidade introduzida por Palyart.⁴⁵ “*Os resultados são excelentes, embora lentos, como não podem deixar de ser, tratando-se de anormais*”.⁴⁶

A escola dos atardados devia ser uma escola que procurasse pôr o atardado em condições de ser aproveitado no meio social, “*como se normal fosse*”, ou quando mais não seja, utilizado num estabelecimento onde tenha de ser internado.⁴⁷ Ainda que se trate de um idiota, “*ensiná-lo a vestir-se e a comer, a varrer, limpar metais, a fazer um recado simples que seja, é torná-lo menor encargo para quantos o rodeiam, é torná-lo um valor ainda que diminuto*”.⁴⁸

Nas salas de Santa Isabel procura-se vencer a diferença. Porque assistir uma criança anormal “*sem esperanças de melhoria não é fazer médico-pedagogia*”.⁴⁹ E isso não era compatível com o plano traçado pela equipa de Santa Isabel. Lá, *fabrica-se* a normalidade possível. Procura-se, sobretudo, criar uma nova *identidade* que deve ser absorvida pela criança anormal, para que esta deixe de ser um *resíduo*, muito embora a normalidade continue então, e sempre, uma meta longínqua. As vitórias são constantes, porque os alvos são dóceis, maleáveis, adestráveis, e qualquer desembaraço é merecedor de prémio e reconhecimento, de livre acesso ao *estrelato*. Em Santa Isabel, arrisca-se a “*atenuar as diferenças que a própria Natureza tenha estabelecido, apoucando, restringindo, limitando dotes físicos ou intelectuais*”.⁵⁰

Os anos da década de vinte passaram quase imperceptíveis na dinâmica do Instituto. Em Maio de 1929, o Instituto foi desanexado da Casa Pia e transferido para o Ministério da Instrução Pública, passando a denominar-se Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira, numa homenagem ao fundador cujo nome ficaria ligado à médico-pedagogia portuguesa.⁵¹ Nesse mesmo ano, tratou-se de estabelecer as suas bases de funcionamento, com a aprovação do *Regulamento Interno* do Instituto, que, numa tentativa de evitar a asfixia do estabelecimento, organizou o regime de internato, dando-lhe também a possibilidade de criar classes externas e um semi-internato, “*em harmonia com as necessidades e as disponibilidades existentes*”.⁵² Autorizava, também, as aulas-oficinas a aceitar trabalhos externos com vista a promover a autarcia financeira do Instituto e regulamentava a admissão dos alunos internos, estabelecendo duas categorias: *indigentes*, não podendo ultrapassar os quarenta indivíduos, e *pensionistas*, em número indeterminado, mediante o pagamento de 300\$00 mensais.⁵³

Mais visível ainda, este novo Regulamento traduz o inegável alargamento da esfera de acção do Instituto. De estabelecimento médico-pedagógico isolado, passa a “centro orientador e

⁴⁴ FERREIRA, Pinto, 1930b: 1.

⁴⁵ FERREIRA, Pinto, 1914: 47.

⁴⁶ “Um problema interessante - A Educação dos *Anormais* - Como a entende um ilustre professor” – Palyart Pinto Ferreira entrevistado pelo jornal O SÉCULO, n.º 12.451, Ano XXXVI, de 5 de Agosto de 1916, p. 3.

⁴⁷ FERREIRA, Costa, 1922: 1.

⁴⁸ FERREIRA, Pinto, 1930a: 7.

⁴⁹ FONTES, 1940: 13.

⁵⁰ FERREIRA, Costa, 1913: 180-185.

⁵¹ Decreto n.º 16:662, D. do G. n.º 70, de 27 de Março de 1929, p. 715.

⁵² Decreto n.º 16:825, D. do G. n.º 103, de 8 de Maio de 1929, p. 1133-1135.

⁵³ Artigo 6.º do Regulamento Interno do Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira, Decreto n.º 16:825, D. do G. n.º 103, de 8 de Maio de 1929, p. 1134.

coordenador de serviços, particularmente consagrado à selecção e distribuição das crianças física ou mentalmente *anormais*, pelas diferentes instituições apropriadas, orientando e fiscalizando a sua educação; ao mesmo tempo que funciona como centro de estudos e de preparação do pessoal docente e auxiliar dessas instituições”.⁵⁴

Com o tempo, o *anormal* deixou de ser tratado como um *não-valor*, para se tornar foco de atenção, algo que “*tem de ser visto, estudado, educado, para que se aproveite dele o que ele pode dar*”.⁵⁵ As inúmeras possibilidades que contém em si mesma convertem a criança anormal num território apetecível que importa desbravar, cultivar e, sobretudo, conhecer. Coube ao Instituto Médico-Pedagógico dar o primeiro passo neste caminho.

O Instituto de Mutilados da Guerra

À medida que se aproxima o fim desta viagem, encurta-se a distância que nos separa dos espaços percorridos. Faltam os mutilados, que assistiram em silêncio enquanto passeávamos nos corredores de Santa Isabel. Cruzaram rotinas com as crianças *anormais* e partilharam lugares que lhes eram familiares. Esperavam, sobretudo, que a permanência naquela casa lhes devolvesse a normalidade perdida.

É na correspondência com a Cruzada das Mulheres Portuguesas, em Abril de 1916, que Costa Ferreira menciona pela primeira vez a sua preocupação com os mutilados e estropiados da guerra, que em breve regressariam a Portugal.

“(…) esta Direcção ainda não viu tratada por nenhuma das comissões que se têm organizado, qual seja a da assistência aos indivíduos que venham a ficar mutilados ou estropiados, ministrando-lhes a educação e instrução compatível com a sua nova situação e a aprendizagem de um ofício adequado às suas condições especiais e que lhes permitisse poderem de futuro continuar a angariar os meios da sua subsistência (…)”.⁵⁶

E, colocando ao dispor desta ideia os meios disponíveis na instituição, sublinha a conveniência de existir na Casa Pia professores devidamente habilitados e mestres de oficinas muito competentes que, decerto, de boa vontade se encarregariam desses serviços em horas suplementares”.⁵⁷

Para a Casa Pia, todo este projecto consistia numa oportunidade que convinha não desperdiçar, principalmente se tivermos em consideração dois aspectos relevantes: o facto de ocupar os alunos da instituição, com o fabrico de próteses para os mutilados garantindo, por sua vez, a montagem de laboratórios e oficinas; e permitindo, ainda, que um dos professores da Casa se deslocasse ao estrangeiro para se inteirar do que se praticava lá fora, importando para a instituição os mais modernos conhecimentos relacionados com a produção de aparelhos de prótese e noções relevantes e actuais sobre o funcionamento das escolas de reeducação funcional e profissional em actividade.

⁵⁴ Artigo 1.º do Regulamento Interno do Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira, Decreto n.º 16:825, D. do G. n.º 103, de 8 de Maio de 1929, p. 1133.

⁵⁵ “O ensino dos *anormais* - De como ele aproveita indivíduos julgados inúteis e do que no género se está fazendo entre nós com resultado”. Costa Ferreira entrevistado por Pereira Bravo para o Jornal O SÉCULO, n.º 11.446, Ano XXXIII, de 21 de Outubro de 1913, p. 1.

⁵⁶ FERREIRA, Costa, 1916: 35-36.

⁵⁷ FERREIRA, Costa, 1916: 35-36.

A principal preocupação norteadora do projecto de Costa Ferreira seria a constituição de bases de conhecimento que servissem de apoio aos serviços médicos e pedagógicos que pretendia criar. Se apartarmos este programa de uma série de proveitos científicos perseguidos por Costa Ferreira, estamos a desenraizar o evento da época em que está inserido e a considerá-lo, erradamente, um mero acto de filantropia. A preocupação de aproveitar, adaptar, reeducar e socializar os mutilados da guerra tem, além das questões económicas subjacentes, e que já apontámos, um objectivo bastante definido e que se prende com um dos aspectos mais característicos do movimento pedagógico português durante a 1ª República: o vigoroso impulso destinado a conceber uma pedagogia científica, ou seja, uma pedagogia experimentada, em que a Escola – e neste caso o Instituto de Reeducação – seria um verdadeiro laboratório de pedagogia, no qual eram experimentadas ideias e colhidas estatísticas.⁵⁸

A 9 de Dezembro de 1916, Costa Ferreira tinha motivos para estar optimista. Do Ministério do Interior provinha um ofício que não poupava elogios à prestação do Director da Casa Pia. O seu “*rasgado espírito de iniciativa numa das mais interessantes e generosas obras de assistência*” tinha-lhe granjeado a admiração do Ministro.⁵⁹

O Ministério do Interior dava o seu aval, só faltava agora o Ministro da Guerra manifestar-se. Um primeiro sinal viria acompanhado de um subsídio de 500\$00, com destino à aquisição de material para o Instituto de Reeducação de Mutilados da Guerra, cinco meses depois.⁶⁰

Em finais de 1917, os militares que regressavam da frente de batalha tinham a garantia de não precisarem das ruas da capital para angariar sustento. Desde logo envolvidos em grande exposição mediática, os soldados mutilados eram recebidos em Santa Isabel com grande aparato e direito a notícia de jornal. A sua prestação na Guerra era alvo de rasgados elogios, aura de sacrifício que convinha à propaganda do Instituto, muito dependente da generosidade dos portugueses. Desde o primeiro momento, os jornais de Lisboa fizeram eco da causa dos mutilados, com as primeiras páginas ocupadas pelas vitórias de cada dia.

As visitas de ilustres ao Instituto de Santa Isabel repetiam-se amiudadas vezes. Norton de Matos e a esposa, na qualidade de presidente da Comissão de Assistência às Vítimas da Guerra, eram visitantes habituais. Bernardino Machado, Sidónio Pais e Pimenta de Castro também quiseram conhecer “*uma das mais interessantes e generosas obras de assistência*” da República. E os jornalistas *d’O Século*, *d’A Capital* ou *d’A Manhã* entravam e saíam do estabelecimento como se aquela também fosse a sua casa.

Aqueles soldados que partiram para as trincheiras e regressaram heróis, jamais poderiam imaginar ser notícia de jornal ou anfitriões de visitas de chefes de Estado. Por isso, inicialmente, era com humildade e espanto que viam o interesse da comunidade no seu reaproveitamento.

As habilidades espantavam educadores e companheiros. Os mutilados das mãos, o grosso dos que estavam internados, demonstravam grande habilidade em realizar “*verdadeiras proezas*”, como fazer a barba, construir baús, ou coser os botões na farda já gasta pelo tempo... O soldado Santos,

⁵⁸ FERNANDES, 1979: 8-12.

⁵⁹ Ofício n.º 579, de 9 de Dezembro de 1916, do Ministério do Interior – Direcção Geral da Assistência – 1ª repartição, FERREIRA, Costa, 1917a: 103.

⁶⁰ Ofício n.º 359, de 2 de Maio de 1917. FERREIRA, Costa, 1917a: 106-107

vítima dos estilhaços de um morteiro dos *boches*, conseguia regressar à sua vida normal. O soldado Ferreira viu que as suas pernas tomavam o comprimento dos tempos antigos e readquiriam força, muito embora o ferimento da bala o tivesse posto em maus lençóis. O soldado Bexiga dizia que o seu braço estava como era. E o soldado Lourenço garantia não ter medo de voltar a pegar no arado e na enxada, como fazia dantes! Os cuidados fisioterápicos do Dr. Pontes e das enfermeiras davam os seus resultados. Também o Manuel de Jesus, que chegara gago das trincheiras, conseguia falar sem hesitações graças à intervenção do professor Cruz Filipe. E os mutilados das mãos, em maior número, podiam contar com os rudimentares aparelhos de prótese, elementares à luz dos nossos dias, mas a par com aquilo que de melhor se fazia na Europa. Para tal vanguardismo contribuiu a visita de estudo do professor de trabalhos manuais, Palyart Pinto Ferreira, que se interessou profundamente pelas produções do Professor Jules Amar, a cedência de inúmeros trabalhos científicos de eminentes investigadores estrangeiros, por intermédio de Costa Ferreira, e a sapiência do Dr. Pinto de Miranda, director dos serviços de ortopedia e prótese.

O quotidiano no instituto era marcado por uma atmosfera familiar, aconchegante. A ordem era mantida apenas pela sugestão de que era necessária, sem se ter de recorrer a *ordens do dia* ou *instruções especiais*.⁶¹

O mutilado é utilizado, debaixo de fiscalização médica, nos serviços ordinários da casa, e a vida é de civil, gozando de uma larga liberdade, limitando-se-lhe, porém, as saídas, às quintas e domingos.⁶²

O cumprimento da lida doméstica fazia parte do processo de reeducação dos mutilados. Por isso, não é de estranhar que alguns auxiliassem os serviços de limpeza, outros cuidassem das salas de curativos, outros, ainda, experimentassem o trabalho agrícola.

Consciente que a sua obra tinha um prazo de validade, a equipa médica de Santa Isabel repartia-se entre o serviço prestado aos mutilados nesta casa e os preparativos para acelerar a conclusão do Instituto de Arroios, criado a título permanente, pelo menos enquanto as necessidades de adaptar, orientar e reeducar os feridos da guerra o justificassem. O anexo da Casa Pia fora sempre considerado uma solução temporária: “*uma obra de guerra, com a guerra devia acabar*”.⁶³

Em meados de 1919, Costa Ferreira julgava a missão da Casa Pia terminada e demandava da Secretaria da Guerra que se tomassem as providências legais indispensáveis ao encerramento do serviço de mutilados instalado em Santa Isabel.⁶⁴ Os subsídios tardavam em chegar, a instabilidade política dificultava a continuidade do projecto, o número de mutilados que regressavam era cada vez menor e, por isso, bastava apenas uma escola de reeducação: a de Arroios. A mobilização da sociedade portuguesa nesta causa de assistência permitiu um maior desafogo financeiro, uma vez que os donativos ultrapassaram em muito as expectativas dos elementos do projecto. Contudo, era “*quase impossível lutar contra a ansiedade pela distribuição e repartição dos donativos pelos*

⁶¹ José Pontes, “Como se tratam os mutilados – Tudo... menos regulamentação de caserna”. Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, n.º 2649, ano VIII, de 7 de Janeiro de 1918, p.1.

⁶² FERREIRA, Costa, 1917b: 10.

⁶³ “A obra do Instituto de Santa Isabel” – Notícia publicada no Jornal A CAPITAL, n.º 3189, ano X, de 9 de Agosto de 1919, p. 1.

⁶⁴ Ofício n.º 375, de 25 de Junho de 1919, dirigido à Direcção Geral da Secretaria da Guerra. FERREIRA, Costa, 1920: 61-62.

*mutilados*⁶⁵, prejudicando o financiamento de melhorias nas instalações ou o pagamento aos funcionários e fornecedores.

O Instituto de Santa Isabel funcionou durante um longo período, muito além dos pedidos de encerramento dirigidos por Costa Ferreira. Em 1921, criticava-se o ambiente familiar, acolhedor, confortável, que imperava nos corredores de Santa Isabel e Arroios. As oficinas vazias, o regime de completa liberdade e o desleixo dos mutilados, eram sintomas da decadência a que estes institutos tinham chegado. A lei n.º 1:516, de 18 de Dezembro de 1923, que regulamentava que os serviços de assistência e reeducação funcional e profissional dos mutilados e estropiados da guerra e dos sinistrados do trabalho transitassem para o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, fora posteriormente alterada, no seu ponto primeiro, colocando o Instituto de Arroios na alçada da Direcção Geral dos Hospitais Cívicos de Lisboa, sem ver salvaguardada a continuação das suas atribuições.⁶⁶

Pontos de chegada...

Como tudo tem uma história, decidimos embarcar numa viagem que nos levou a conhecer os lugares da educação especial em Portugal, percorrendo os seus palcos, actores, figurantes... e procurando conviver com as *vozes marginalizadas* de que nos falava M. Foucault, e que nos chegaram traduzidas pelas “*narrativas dos professores*» *meramente emotivas e anti-intelectuais, uma vez que os regimes de poder já se instalaram*”.⁶⁷ Conquanto considerássemos essa limitação, não desistimos de perseguir as rotinas que se instalam dentro destes espaços e que conseguem construir um ambiente específico que acolhe estes *anormais*. Procurámos, sobretudo, aproximar-nos das vivências que se fabricam nestas oficinas da norma, do vulgar. Porque foi a isto que se assistiu ao longo destas páginas: percebe-se a *anormalidade* como oposição ao que é normal, corrente. E elabora-se uma linha de montagem que, a funcionar na perfeição, vai facilitar a passagem do *estado anormal* para o *mais normal possível*. Não será demais lembrar que a construção da diferença no *outro* surge da necessidade de a destruir o mais depressa possível, como se esta fosse pegajosa, desconfortável. Ao mesmo tempo, o *outro* garante ao normal a comodidade de se ser vulgar, mediano e não se afastar da norma. Eis um duplo conforto: ser-se normal e consistir *na medida de todas as coisas*.

Nos lugares que visitámos, S. Bernardino e Santa Isabel, *os santos da casa faziam milagres*,⁶⁸ e operavam-se mudanças nos utentes que se entregavam aos cuidados médico-pedagógicos. Estivemos atentos às técnicas disciplinares que se multiplicaram pelos cenários educativos e que serviram para acomodar a população residente. O ideal seria que, quando deixassem a instituição, os rigores da disciplina fossem cravados na pele, marcados como tatuagem indelével que reforça o sentimento de pertença à instituição. Afinal, “*educar é condicionar intencionalmente as reacções do indivíduo*”.⁶⁹

⁶⁵ “Serviços cirúrgicos”. FERREIRA, Costa, 1922a: 81.

⁶⁶ Lei n.º 1:516, de 18 de Dezembro de 1923 e projecto de lei n.º 851, de 7 de Julho de 1925.

⁶⁷ JARDINE, 2007: 46.

⁶⁸ José Pontes, “O Instituto de Santa Isabel é uma casa milagrosa – Assim o dizem os militares ali internados”.

– Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, n.º 2676, ano VIII, de 4 de Fevereiro de 1918, p. 1.

⁶⁹ FERREIRA, Costa, 1920: 316-317.

Procurava-se, sobretudo, integrar o excluído na sociedade que, por lidar mal com a diferença, não o aceitava no meio da multidão, simplesmente porque destoava. E ao divergir, facilmente se tornaria um perigo, um pecado sedutor para todos os que não se afastavam do que se entende por aceitável. Por isso, não estranhámos visitar espaços criados para segregar o *anormal*, dispositivos que recolhiam para transformar, mastigar e devolver os *escolhidos* que lá permaneciam. E não hesitámos em considerar que, nos lugares visitados, imperava a norma. Quem ousaria dizer que na Colónia Agrícola não era normal ser diferente? Só quem não estivesse atento ao comportamento dos rapazes, “*anormais do género irrequieto, elementos difíceis de domar*”,⁷⁰ é que não se aperceberia da regularidade da sua conduta. Dentro dos muros do convento, era normal ser-se buliçoso, agitado, vivo e, para o Professor-Regente, isso não constituía surpresa.

Também na Secção de Mutilados, em Santa Isabel, era normal ter voltado diferente da Guerra. As conversas mantidas entre os utentes deixavam adivinhar o sentimento de pertença a um universo de estropiados que a sociedade esperava reeducar. Nas salas do Instituto, instaurava-se a normalidade.

Por isso, se à primeira vista “*classificar significa segregar*”, um olhar mais atento revela que também significa incluir num clube de pares que, pelas suas características, se encaixam numa categoria comum.

As palavras trocadas nestas conversas procuraram inscrever-nos no quotidiano desenhado nestes espaços educativos. Era importante avistar os vultos que serpenteavam os corredores de Santa Isabel ou S. Bernardino; conseguimos, quando muito, tocar-lhes levemente a partir das impressões de quem com eles lidava. Os discursos do médico e do professor articulam-se como uma malha cerrada que espera cruzar todos os pontos de interesse sobre o corpo e a alma do aluno. São os fios com que cosem que nos permitem aceder à presença, mais ou menos, turva dos nossos actores principais.

Apartados ou em conjunto, estes três exemplos transportam-nos para os primeiros anos da República, para as dificuldades que experimentou, para as desigualdades do centro e da periferia, e para a sensação de que, por vezes, as circunstâncias não bastam para impedir o que a vontade deseja. Dispositivos de uma racionalização governativa em marcha, a Colónia Agrícola, o Instituto Médico-Pedagógico e a Secção de Mutilados da Guerra são focos de inovação pedagógica, laboratórios onde se experimentou edificar a modernidade.

BIBLIOGRAFIA

- BENTHAM, Jeremy, 2000 – *O Panóptico ou a casa de inspecção*. In SILVA, Tomás Tadeu da, (org.), “O Panóptico”. Belo Horizonte: Autêntica.
- FERNANDES, Rogério, 1979 – *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- FERREIRA, António Aurélio da Costa, 1913 – *Anuário da Casa Pia de Lisboa, Ano económico de 1912-1913*. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa.

⁷⁰ [Sem título], in Jornal O AGRICULTOR, nº 54, de 1918/10/05, p. 1-2.

- FERREIRA, António Aurélio da Costa, 1916 – *Anuário da Casa Pia de Lisboa, Ano económico de 1915-1916*. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa.
- FERREIRA, António Aurélio da Costa, 1917a – *Anuário da Casa Pia de Lisboa, Ano económico de 1916-1917*. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa.
- FERREIRA, António Aurélio da Costa, 1917b – *Inválidos da Guerra*. Separata da “Medicina Contemporânea”. Lisboa: Typographia Adolpho de Mendonça.
- FERREIRA, António Aurélio da Costa, 1920 – *Anuário da Casa Pia de Lisboa, Ano económico de 1918-1919*. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa.
- FERREIRA, António Aurélio da Costa, 1921 – *Instituto Médico-Pedagógico*. In FERREIRA, António Aurélio da Costa, “Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa”, n.º 1, Junho de 1921. Lisboa: Casa Pia de Lisboa.
- FERREIRA, António Aurélio da Costa, 1922 – *Ocupoterapia dos atardados*. In FERREIRA, António Aurélio da Costa, “Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa”, Ano II, n.º 4. Lisboa: Casa Pia de Lisboa.
- FERREIRA, Fernando Palyart Pinto, 1914 – *O trabalho manual e o desenho na escola primária*, tese apresentada oficialmente no 4º Congresso Pedagógico de Lisboa, em Abril. Lisboa: Livraria Ferin.
- FERREIRA, Fernando Palyart Pinto, 1930a – *A criança anormal*. In FERREIRA, Fernando Palyart Pinto, dir., “A criança anormal”, 1º ano, n.º 1. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva.
- FERREIRA, Fernando Palyart Pinto, 1930b – *As crianças anormais – 13ª lição do curso de aperfeiçoamento para professores de anormais... em 12 de Junho de 1930*. In FERREIRA, Fernando Palyart Pinto, dir., “A criança anormal”, 1º ano, n.º 6. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva.
- FONSECA, Joaquim Augusto Ferreira da, 1930 – *Estudos Médico-Sociais sobre protecção a menores anormais e delinquentes*. Lisboa: Tip. do Reformatório Central de Lisboa.
- FOUCAULT, Michel, 1999 [1977 a 1ª edição em francês] – *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*, trad. Raquel Ramallete, Petrópolis: Editora Vozes.
- FRÓIS, João Pedro, 1994 – *Contributo para a história da educação dos deficientes mentais em Portugal: os primeiros oitenta anos do seu desenvolvimento (1890-1970)*. Dissertação de Mestrado em Educação Especial apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, [texto policopiado].
- GOFFMAN, Erving, 2003 – *Manicómios, prisões e conventos*, trad. Dante Moreira Leite, 7ª Edição. São Paulo: Perspectiva.
- JARDINE, Gail McNicol, 2007 – *Foucault e Educação*, trad. Manuel Alberto Vieira. Mangualde: Edições Pedago.
- PINTASSILGO, Joaquim, 1998 – *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- POPKEWITZ, Thomas S., 2002 – *Cultural productions: (re)constituting the nation, the child & teacher in the educational sciences*. Lisboa: EDUCA.
- SILVA, César da, 1912 – *A República e a Instrução popular*. Lisboa: Lamas & Franklin.
- SILVA, César da, 1913/1918 – *O Agricultor. Órgão Escolar da Colónia Agrícola da Casa Pia de Lisboa*. S. Bernardino: Tipografia da Colónia.
- VASCONCELOS, Faria de, 19 – *Lições de Pedologia e Pedagogia Experimental*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand.